






Artigo de Reflexão/Ensaio

Desafios “práticos e reflexivos” para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia

“Practical and reflexive” challenges for occupational therapy’s undergraduate courses in pandemic times

Patrícia Leme de Oliveira Borba^a , Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi^b , Beatriz Prado Pereira^c , Gabriela Pereira Vasters^a , Ricardo Lopes Correia^d , Rafael Garcia Barreiro^e 

^aUniversidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Baixada Santista, SP, Brasil.

^bUniversidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.

^cUniversidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil.

^dUniversidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^eUniversidade de Brasília – UnB, Ceilândia, DF, Brasil.

Como citar: Borba, P. L. O., Bassi, B. G. C., Pereira, B. P., Vasters, G. P., Correia, R. L., & Barreiro, R. G. (2020). Desafios “práticos e reflexivos” para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 28(3), 1103-1115.
<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN2110>

Resumo

A pandemia de Covid-19 tem provocado a adoção de medidas que ocasionam mudança na rotina e na organização do trabalho das universidades. Os ambientes virtuais vêm se apresentando como vetores para os cursos de graduação durante o enfrentamento da pandemia, sendo necessário produzir reflexões para este novo contexto. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – RENETO, Brasil, atenta às questões implicadas com a formação e produção de conhecimento da área, vem buscando, junto aos pares, maneiras de realizar uma leitura complexa da realidade e, com base nesta, criar e implementar estratégias que deem conta de atender as demandas impostas, respeitando as regionalidades e naturezas institucionais em que os cursos de graduação estão inseridos. Assim, com base em um levantamento realizado junto às coordenações de cursos de graduação em terapia ocupacional, a fim de compreender como os cursos de graduação têm aderido ou não à oferta de ensino por meio de plataformas digitais, o presente trabalho reflete acerca das tomadas de decisões pedagógicas, éticas e políticas no âmbito das diversas atividades acadêmicas, não apenas no contexto do enfrentamento da pandemia, como também nas projeções da nova realidade imposta por esta problemática.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Ensino, Pesquisa, Covid-19.

Recebido em Jun. 4, 2020; 1ª Revisão em Jul. 20, 2020; Aceito em Ago. 18, 2020.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

The Covid-19 pandemic has led to the adoption of measures that bring about changes in the routine and organization of work in universities. The virtual environments have been considered vectors for undergraduate courses during the pandemic, and it is necessary to reflect on this new context. The *Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional* – RENETO (National Network of Education and Research in Occupational Therapy), Brazil, attentive to the issues involved in the formation and production of knowledge in the field, has been searching with peers for ways to carry out a complex reading of reality and, from this, create and implement strategies to be able to deal with the demands imposed, respecting the regionalities and institutional nature in which the undergraduate courses are running on. Thus, based on a survey carried out with the coordinators of Occupational Therapy courses, which aimed to understand how the undergraduate courses have adhered or not to teaching through digital platforms, this paper reflects on decision making about pedagogical, ethical, and political dimensions in the scope of academic activities not only in the context of the pandemic, but also considering the projections of the new reality imposed by the pandemic.

Keywords: Occupational Therapy, Teaching, Research, Covid-19.

1 Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia em todo o mundo em 11 de março de 2020, devido à crescente incidência de contágio pelo SARS-CoV-2. Desta forma, no Brasil, seguiram-se orientações por parte de diversos governadores para o distanciamento social, como medida para desacelerar o contágio e, por consequência, não colapsar o sistema de saúde. Essas orientações foram pautadas em decisões de organismos internacionais e em estudos científicos produzidos com base nas experiências de países como China e Itália.

Os impactos econômicos e sociais que a Covid-19 vêm causando à comunidade mundial são concretos, de modo que medidas econômicas e políticas sociais têm buscado garantir o atendimento à saúde e a outros direitos sociais necessários para o enfrentamento da situação vigente. No Brasil, algumas medidas estão sendo tomadas nessas frentes, porém, o governo federal brasileiro sustenta, junto a aliados políticos e representantes dos setores privados, um caminho que tem procurado favorecer os interesses econômicos, dado que a projeção mundial para o cenário pós-pandemia é de retração dos mercados e desaceleração da economia mundial (Lichotti, 2020). Ademais, representantes do governo e políticos vêm se utilizando dos meios digitais para propagação de mensagens contrárias às recomendações de organismos internacionais, como no caso em que a plataforma digital *Instagram* retirou do ar uma postagem do presidente da República relacionada à mortalidade no Brasil por Covid-19, classificada como *fakenews* (Soares, 2020).

De início, a suspensão de aulas e atividades presenciais, sobretudo do ensino de graduação nas universidades públicas, movimentaram nos contextos acadêmicos o

indicativo de uso dos ambientes virtuais como alternativa para continuidade das atividades letivas. Essa alternativa foi endossada pelo Ministério da Educação (MEC), que emitiu a portaria nº 343, de 17 de março de 2020, recomendando para o Ensino Superior a substituição de disciplinas presenciais em andamento por sua oferta na modalidade *online*, por meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus (Brasil, 2020a).

Ainda que tenha sido pautada às Instituições de Ensino Superior (IES) a tarefa de avaliar a possibilidade de implementação dos conteúdos curriculares por meio de ambientes virtuais e ferramentas tecnológicas, os desafios que, de imediato, apresentaram-se aos cursos evidenciaram a não familiarização da comunidade acadêmica com os recursos disponíveis nos ambientes virtuais, a reorganização de pesquisas e projetos em andamento – que atendam a novas especificidades do contexto de crise sanitária, econômica e humanitária – e as diferentes condições socioeconômicas de estudantes que expressam acentuadamente a desigualdade de acessos a recursos tecnológicos e *internet* de qualidade, mas também de bens sociais, como moradia, renda, saúde, suporte social, que garantam condições equânimes de estudos domiciliares.

O reflexo disso no contexto dos cursos de graduação em terapia ocupacional ganha outras peculiaridades. A ampliação da oferta de cursos de graduação, a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI¹, modificou significativamente o perfil de egressos, considerando o acesso das classes mais pobres ao espaço universitário. A pesquisa coordenada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) traçou, em nível nacional, o perfil socioeconômico e cultural dos egressos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O estudo revela uma mudança gradual do perfil da classe média e alta para a inserção das classes mais pobres e periféricas.

A implementação do REUNI e as mudanças decorrentes do perfil do alunado expressam questões históricas sobre os direitos e condições da população brasileira alijada do acesso ao Ensino Superior (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2018). Esse fato pode ser entendido pela estratificação social no Brasil, que historicamente se apoia em marcadores sociais da diferença (Zamboni, 2014), como raça, escolaridade, gênero, localidade, entre outros, que demarcam iniquidade de acesso e uso de bens e serviços, ampliando o foco de desigualdade social no Brasil. Este cenário se apresenta, por exemplo, em contextos de crise como a pandemia Covid-19, enquanto uma barreira estrutural para que estudantes realizem atividades acadêmicas a distância (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2020).

Ademais, desde a sua institucionalização, na metade do século XX, a terapia ocupacional no Brasil se estabeleceu como uma profissão de mulheres, portanto, docentes e discentes compõem majoritariamente esse grupo de gênero. Em um contexto histórico estruturado pelo patriarcalismo e machismo, as mulheres ainda são as principais responsáveis e responsabilizadas pelos cuidados com o lar e de familiares (filhos, pais, avós, irmãos etc.), que as expõem em duplas jornadas de atividades.

¹ Surge com objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de Ensino Superior (Brasil, 2007).

Diante desse novo contexto, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO) vem se posicionando na tentativa de mobilizar a classe para o debate amplo e profundo sobre a realidade do ensino e da pesquisa na área. Inicialmente, por meio de uma Nota Pública em suas redes sociais, publicada no dia 24 de março de 2020, e seguida com um artigo inspirado nos moldes de uma “Declaração de Posicionamento”, na Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional – REVISBRATO, publicado em 31 de maio de 2020 (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional, 2020).

Soma-se a isso um movimento iniciado por membros da diretoria ampliada (Gestão 2018-2020), apoiado pela diretoria nuclear, problematizando as diferentes formas do ordenamento e condução das atividades acadêmicas. Com o intuito de reunir elementos e compartilhá-los em âmbito nacional, foi realizado, em um primeiro momento, um levantamento junto às coordenações de curso de graduação, a fim de compreender as realidades locais e identificar as estratégias exploradas, sobretudo, as digitais. Na sequência, sistematizamos e analisamos as respostas que aqui apresentaremos.

2 Breve panorama da situação dos cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil

Em abril de 2020, a RENETO organizou um levantamento, por meio de um *Formulário Google*[®], enviado por *e-mail* às coordenações dos 37 cursos de graduação em terapia ocupacional do Brasil². O “Questionário sobre a situação dos cursos de terapia ocupacional em relação às atividades e disciplinas por meios digitais” foi elaborado com a finalidade de organizar informações iniciais e indicativos sobre a situação dos cursos perante a pandemia atual, além de possibilitar a construção de estratégias coletivas no âmbito da formação profissional neste contexto.

O questionário foi composto por 13 questões ordenadas em duas seções, sendo a primeira dirigida a todos os cursos e a segunda destinada apenas aos cursos com oferta de disciplinas remotas e digitais. Na primeira seção, foram disponibilizadas 12 perguntas, sendo 10 abertas e duas fechadas, as quais abordaram, de forma sequencial: (1) nome do/a coordenador/a, identificação e dados do curso; (2) o posicionamento da IES e do curso de terapia ocupacional em relação à portaria nº 343 do MEC; (3) o oferecimento de disciplinas e atividades virtuais pelas instituições; (4) considerações sobre as condições socio-familiares-econômicas dos estudantes de terapia ocupacional da IES correspondente; e (5) o acesso (ou não) dos estudantes às tecnologias digitais para desenvolvimento dos conteúdos.

Dos 37 cursos que foram consultados, até o final de maio de 2020, houve o retorno de 15 coordenações, ou seja, 40,5% dos cursos de graduação em terapia ocupacional correspondentes, como demonstra a Tabela 1. Dentre estes, dez cursos estão alocados em instituições públicas de Ensino Superior (66,7%), sendo oito em instituições federais de Ensino Superior e dois em instituições públicas estaduais de Ensino Superior; e cinco cursos em instituições privadas de ensino (33,3%).

²As coordenadoras dos cursos de graduação em terapia ocupacional concordaram com a publicização dos dados via periódico científico, assim como em outros canais de informação.

Tabela 1. Cursos de terapia ocupacional que responderam ao levantamento da RENETO em abril de 2020.

	Instituição de Ensino Superior	Categoria Administrativa	UF	Distribuição por Região Brasileira
01	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Pública Federal	PR	Região Sul
02	Universidade Franciscana (UFN)	Privada	RS	Região Sul
03	Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	Pública Federal	RJ	Região Sudeste
04	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Pública Federal	ES	Região Sudeste
05	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Pública Federal	MG	Região Sudeste
06	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Pública Federal	SP	Região Sudeste
07	Universidade de Sorocaba (Uniso)	Privada	SP	Região Sudeste
08	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Pública Estadual	SP	Região Sudeste
09	Centro Universitário Saúde ABC	Privada	SP	Região Sudeste
10	Universidade de São Paulo (USP/RP)	Pública Estadual	SP	Região Sudeste
11	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pública Federal	RJ	Região Sudeste
12	Centro Universitário Aparício Carvalho (FIMCA)	Privada	RO	Região Norte
13	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Pública Federal	PA	Região Norte
14	Centro Universitário UniFacid	Privada	PI	Região Nordeste
15	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pública Federal	PB	Região Nordeste

Fonte: Questionário RENETO (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional, 2020).

A maioria das IES respondentes foram do estado de São Paulo (SP). E, de acordo com as respostas enviadas, oito instituições públicas de Ensino Superior (IFRJ, UFES, UFPR, UFTM, UNIFESP, UFPA, UFRJ e UNESP) se manifestaram contrárias às orientações de aulas remotas e virtuais, sendo que três destas (UNIFESP, UNESP e UFPA) relataram ter ocorrido a suspensão do calendário acadêmico vigente. Por outro lado, seis instituições (UFN, FIMCA, UNISO, Centro Universitário ABC, UniFacid e USP/RP) iniciaram as aulas por meio das plataformas digitais, considerando a excepcionalidade da conjuntura enfrentada. Ainda, a coordenadora da UFPB informou que até o momento não havia um posicionamento do curso e que estavam em processo de discussão.

Nota-se que se reflete nos cursos de graduação em terapia ocupacional o que houve no cenário nacional em relação à adoção ou não das aulas remotas, uma vez que, a maioria das instituições públicas, quando da publicização da portaria, manifestou-se contrária às orientações de aulas remotas. Já as instituições privadas de Ensino Superior, que responderam ao questionário, aderiram em sua totalidade ao formato proposto pelo MEC. Os cursos que relataram estarem desenvolvendo aulas por meio de plataformas

digitais, caracterizam-nas como atividades pedagógicas relacionadas às disciplinas teóricas, principalmente por meio do *Moodle*[®], ferramentas do *Google*[®] e por meio do *softwareZoom*[®]. Sobre as IES que suspenderam o semestre letivo, as coordenações apresentam que não se trata de um cancelamento do semestre, mas sim de uma suspensão com posterior criação de um calendário de reposição no retorno das atividades presenciais.

É possível notar, com base em algumas respostas discursivas, que os docentes vêm presenciando discussões acerca das atividades e aulas remotas, ressaltando a importância de sua participação na formulação das estratégias, como o acompanhamento da comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores), discussões acerca das ações de extensão universitária, mapeamento de estudantes em relação ao acesso às tecnologias digitais e condições socioeconômicas familiares, oportunizando, assim, maiores reflexões sobre as possibilidades da profissão perante o contexto da pandemia. Houve também o indicativo, por parte de docentes das instituições privadas, de uma maior preocupação com o repasse dos conteúdos curriculares, uma vez que algumas instituições já operacionalizavam tecnologias e plataformas virtuais para o ensino. Segundo as respostas dessas instituições, capacitações para docentes e adequações ao ensino virtual estão sendo ofertadas por seus dirigentes, disponibilizando laboratórios de informática para estudantes sem acesso aos computadores, elaboração de manuais e apoio dos núcleos de informática.

Assim, devemos considerar que, diferente das instituições públicas, as privadas precisam responder diretamente à manutenção de vagas dos cursos, o que está atrelado ao balizamento financeiro de mercado para a existência e manutenção dessas instituições³. Com isso, é ingênuo e simplista dicotomizar as dimensões público-privado, e apartar as IES privadas do debate mais amplo, reforçando, com isso, a visão dos modelos mercantis da Educação Superior. Nesta leitura, há uma fragilidade que docentes de instituições privadas vivenciam, uma vez que podem estar sob diferentes lógicas de empregabilidade e de modelos educacionais.

Este debate merece atenção profunda sobre a relação público-privada do Estado e a criação e implementação de cursos de graduação em terapia ocupacional atrelados à noção e à garantia de direitos sociais, bem como estratégias de manutenção e ampliação da área de terapia ocupacional. Assim, é possível que neste momento de crise se instalem visões mais críticas e alargadas sobre essas questões, e estratégias para apoiar e implementar mecanismos que assegurem a sobrevivência de cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil.

Contudo, tanto no âmbito das universidades públicas quanto no das instituições de ensino privadas, há o consenso e a preocupação em torno das atividades relacionadas às disciplinas práticas. Em ambos os contextos há a previsão de que estas ocorram no retorno das atividades presenciais, entretanto, em algumas IES, diante do avanço da pandemia, já se coloca o debate sobre a consideração de atividades remotas no bojo das atividades práticas, em especial como decorrência da Resolução do Conselho Federal de

³Reconhece-se a limitação da utilização do termo *privado* para se referir a algumas IES que operam cursos de graduação em Terapia Ocupacional, uma vez que o termo não dimensiona a pluralidade dos modelos administrativos e financeiros dessas instituições e que necessariamente não estão prioritariamente vinculadas a uma lógica mercantilista, como as instituições filantrópicas, as organizações sociais ou privadas com subsídio do poder público.

Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO, em relação à liberação temporária da “Teleconsulta” (Brasil, 2020b)⁴.

Dentre os cursos que optaram por não ministrar aulas por meios remotos e digitais, incluindo IES que suspenderam o calendário acadêmico, as coordenações – consensualmente – apresentam a necessidade de manter a vinculação e conectividade com estudantes, principalmente, por meio de atividades de acolhimento, apoio e orientação. Tal situação possibilitou aos cursos a proposição de atividades não obrigatórias e eletivas (como unidades curriculares optativas ou disciplinas complementares de graduação) com temáticas voltadas ao impacto no cotidiano ante o contexto de crise humanitária e saúde mental dos profissionais da saúde, por exemplo.

Com relação à pauta de manutenção do vínculo, conectividade e acolhimento aos estudantes durante a pandemia, esta também aparece nos cursos de IES privadas, com destaque à UNISO, que considerou o espaço das aulas teóricas virtuais como possibilidade de enfrentamento coletivo da situação, uma vez que o distanciamento social poderia trazer dificuldades de diversos âmbitos aos estudantes. Foi destacado pela coordenadora que no início da pandemia foi difícil encontrar estratégias metodológicas e afetivas que dessem conta da demanda dos estudantes. Porém, a partir do espaço das aulas virtuais, foi possível criar momentos para mobilização das capacidades de cuidado, tanto com o próprio colega que não estava presente na aula quanto com outros grupos mais vulneráveis.

Discutiu-se, ainda, as possibilidades desse momento para a criação de estratégias de aprendizagem diante de situações emergenciais, inclusive com ofertas de recursos tecnológicos como apoio aos próprios trabalhadores da universidade, como também a outros grupos da comunidade.

Uma grande preocupação, que também foi consensual entre as coordenações das IES, está voltada ao perfil socio-familiar-econômico de estudantes de graduação e o favorecimento/ impedimento dessa situação para participação nas atividades remotas. Quatro coordenações (UNESP, UFPA, Centro Universitário Saúde ABC e USP-RP) responderam que não possuem esses dados sistematizados pelo curso e/ou universidade, e que reconhecem as situações de vulnerabilidade do corpo discente por meio de seus contatos mais pessoais e referências informais. A coordenação da UniFacid não respondeu essa questão e os demais cursos sinalizaram acesso a essas informações muitas vezes por meio de levantamentos realizados pelas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis ou similares dentro das instituições.

Dentre estes, quatro cursos (FIMCA, UNISO, UNIFESP e UFPB) apresentaram em maior detalhe o perfil socioeconômico de estudantes, sendo duas instituições de Ensino Superior privadas e duas públicas. A FIMCA apresentou 90% de estudantes como

⁴Atualmente a RENETO vem realizando o Fórum de Coordenadores de Curso, que até a avaliação e revisão deste artigo já realizou três edições. A proposta é ser um fórum permanente, instalado inicialmente em maio de 2020, pela motivação da crise pandêmica e suspensão de atividades acadêmicas, mas que seguirá incorporando outras pautas estruturantes da RENETO, e que servirá para criar mecanismos de apoio ao desenvolvimento da graduação em terapia ocupacional. Este fórum, deste então, conseguiu avançar nas discussões do ensino da prática profissional em tempos de pandemia, o que não ficou evidente nos dados informados no questionário apresentados aqui, pois, naquele momento, as normativas federais não permitiam a realização das atividades práticas. Assim, a partir de uma trajetória de ações desde maio nos encontros do fórum, já temos dados para apresentar um novo panorama desses cursos e que ficarão para outra oportunidade de publicação. Informações gerais sempre serão enunciadas nos canais de comunicação oficiais da RENETO, a fim de posicionar a categoria, tanto na compreensão dos eventos quanto nos encaminhamentos.

bolsistas e a UNISO sinalizou que 50% de estudantes são também trabalhadores(as) e os/as demais participam de programas de bolsas externos e da universidade. A coordenação da Unifesp relatou que, dentre as diversas informações sobre as condições de vida familiar de estudantes da universidade identificadas com base em um levantamento institucional (condições de moradia, de acesso à saneamento básico, acesso à água potável, de sono e de estudos), considerou bastante significativa a situação da renda familiar no contexto da pandemia: dentre estudantes respondentes, 48% referem perda de rendimento familiar de até 50%; 11% afirmaram que houve queda de renda familiar de mais de 50%; e, ainda, 2% relatam que a família ficou sem nenhuma renda com a pandemia. A exemplo, a coordenadora da UFPB apresentou mais informações sobre os dados socioeconômicos de estudantes e apontou que 47% possuem renda familiar de zero a dois salários mínimos.

Esses dados corroboram a discussão feita anteriormente acerca do perfil sociofamiliar-econômico dos estudantes das IES, demonstrando que, nas instituições privadas que responderam ao questionário, o acesso ao Ensino Superior também se dá, em sua maioria, pelas classes sociais mais baixas, que se inserem por meio de políticas afirmativas do Ensino Superior privado, como o Prouni⁵ e o Fies⁶, demonstrando e confirmando os processos de estratificação social os quais impõem desafios para o Ensino Superior como um todo, agudizados em tempos de pandemia.

Quando perguntado se a coordenação de curso verificou se a totalidade dos estudantes possui acesso às tecnologias digitais, especialmente celular, computador e *internet*, apenas a coordenadora da UFPB respondeu que não disponibilizava no momento de dados concretos, pois o curso estava realizando uma pesquisa. As demais coordenações informaram que foi realizada uma análise da situação e verificou-se que nem todos estudantes possuem acesso a essas tecnologias e possibilidades reais para desenvolverem atividades virtuais.

As instituições privadas apontaram um índice maior de estudantes com acesso à *internet*, sendo considerado acima de 90%. Essas instituições também apontaram a disponibilização de agendamentos em laboratórios de informática para estudantes que não possuem acesso à *internet* com qualidade, além de gravações das aulas virtuais; capacitações, tanto para docentes quanto para estudantes, sobre o uso das ferramentas digitais na aprendizagem; e suporte dos núcleos de informática.

Das instituições públicas, as coordenações apontam que a maioria dos estudantes manifestou ter acesso às tecnologias digitais, porém, não na sua totalidade. Salientam que muitos estudantes não responderam à coordenação de curso, sinalizando uma maior possibilidade de não acesso. Estas indicam, ainda, um número importante de estudantes com dificuldade de acesso aos equipamentos e/ou que residem em regiões sem acesso à *internet*, principalmente na região norte do país.

Sobre as respostas em relação ao acesso à *internet*, podemos inferir e trazer para o debate a importância de se considerar outras questões que envolvem as atividades remotas. O acesso talvez seja o ponto de partida, porém, “apenas” este não garante a aprendizagem efetiva. É essencial considerar as diversas precarizações e vulnerabilidades

⁵Trata-se do Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação, que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de Educação Superior. Mais informações estão disponíveis no site PROUNI (Brasil, 2020c).

⁶É um programa de financiamento para estudantes de universidades privadas. Mais informações: Brasil (2020d).

sociais que se sobrepõem às questões tecnológicas. Por exemplo, para além da capacidade e velocidade da *internet*, deve-se considerar o tipo de tecnologias (computador, celular, *tablet*), o seu tempo de uso, a compreensão e manuseio dos seus componentes e interfaces, os componentes e habilidades necessários para o desempenho no uso das tecnologias e atividades em meio virtual, em especial a atenção aos estudantes com deficiência, e o ambiente, que se espera adequado, com certo isolamento e silêncio que permita a concentração. Ainda, há que se considerar a situação familiar, a renda para as necessidades mais básicas, jornadas de trabalho e/ou de cuidado com o lar, entre outros.

3 Consider-Ações em prol da educação graduada de qualidade em terapia ocupacional em meio à pandemia

Mesmo não sendo possível ainda mensurar com precisão o alcance e a proporção dessa crise no âmbito econômico, os dados epidemiológicos e modelos matemáticos que estudam o comportamento da pandemia de Covid-19 apontam para a necessidade de adaptação a uma nova realidade social, que permanecerá, segundo suas projeções, até 2022, ou até que a população global tenha adquirido imunidade por meio de uma vacinação em massa (Mellan et al., 2020; Walker et al., 2020).

Diante dessas projeções tão incertas sobre a pandemia por Covid-19 e, ao mesmo tempo, acompanhadas pelo acirramento das disputas sobre uma educação mercantilizada e não como direito (Pereira, 2009), está colocada a necessidade de ampliação de debates acerca de como as universidades públicas brasileiras, em sua pluralidade de contextos, possibilidades e limites, construirão caminhos que efetivem o acesso e a permanência ao/no Ensino Superior público e gratuito de qualidade para todos e todas.

Sobre as escolas de formação em terapia ocupacional também recai o desafio de discutir os impactos do contexto atual nos currículos, nas estratégias pedagógicas, nos cenários de práticas e nas demais dimensões da formação e da docência.

Diante da breve situação apresentada pelas IES que compartilharam com a RENETO suas situações e preocupações, é possível refletirmos sobre o contexto atual e os impactos na formação profissional de terapeutas ocupacionais, bem como as possibilidades de mobilização que a categoria docente como um todo possa se envolver.

A questão que se coloca, a qual ainda não temos uma resposta evidente, é: “como responder às demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária baseadas em nossas reais condições de existência em um contexto de pandemia e crise socio sanitária?”. E mais, “como iremos lidar com a incorporação gradual, ou imediata, das tecnologias de acesso virtual e trabalho remoto, sem que isso reproduza o acirramento das desigualdades socioeconômica de acesso e participação?”.

De fato, não há uma resposta, ou respostas *a priori*. No entanto, podemos aventar algumas pistas sobre um conjunto de problemáticas que precisam ser consideradas e refletidas no uso das tecnologias como uma ferramenta de trabalho docente. Entre essas problemáticas, destacamos quatro dimensões:

1. As condições possíveis de acesso aos recursos tecnológicos e o domínio dessa linguagem para o favorecimento dos processos de ensino e aprendizagem do corpo discente. Soma-se a isso as condições mais singulares que devem estar no espectro

das preocupações de docentes, inclusive por sermos terapeutas ocupacionais, as condições de estudantes decorrentes de questões que envolvam a vulnerabilidade social, deficiências ou questões territoriais que dificultem o acesso, por exemplo, de quem mora em áreas rurais.

2. As condições possíveis de uso e manejo dos recursos tecnológicos para práticas pedagógicas pelo corpo docente. Ou seja, mesmo havendo o acesso a equipamentos e *internet*, isso não garante que estejam aptos ao manuseio eficaz e completo das ferramentas digitais.
3. Os limites da “substituição” das atividades presenciais pelas atividades remotas em termos do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que está fundamentalmente calcado na interação, no processo dialógico presencial entre professores e estudantes e destes entre si (Freire, 2005, 2011). A fim de compreender que o ensino presencial não é tão somente para garantir o ensino e aprendizagem, mas sim, para favorecer outras competências referentes às relações interpessoais, sociabilidades, convivência etc.
4. Os interesses financeiros que estão em disputa pela adesão ou não das IES ao ensino a distância, por parte de grupos e fundações que mercantilizam a educação nacional e internacionalmente, que aos poucos vão fortalecendo uma reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado, descaracterizando a educação enquanto bem público de direito social (Cara, 2020).

Assim, para construirmos alguma narrativa argumentativa que possa se atentar para novos modelos que aproximem mais a comunidade acadêmica dos recursos tecnológicos e de suas mídias digitais, cabe, ainda, uma mobilização que integre diferentes frentes de trabalho, que envolva toda a comunidade acadêmica e que convoque docentes terapeutas ocupacionais a colaborarem.

Nesse sentido, faz-se necessário requerer junto a diferentes órgãos, no interior das próprias universidades e fora delas, a necessidade de investimento financeiro para a aquisição de equipamentos tecnológicos, em um primeiro plano, para estudantes. Além das aquisições, as universidades precisariam estabelecer parcerias com empresas de telecomunicação para a distribuição de *internet*, a fim de minimizar essas desigualdades pelo não acesso à *internet* de parte dos estudantes em seus domicílios.

No entanto, temos que nos atentar para os riscos implicados em ações como essas e as contradições inerentes, pois isso também compreende certa financeirização das demandas educacionais das universidades. Cria-se, então, nichos de mercado, empresas especializadas, assessores etc. Neste processo, o Estado também se distancia do compromisso e passa a agir somente como um “facilitador” da inserção do privado no público.

Outra problemática se encontra no manejo e na apropriação das plataformas e das ferramentas digitais, cabendo dialogar e formular junto a seus colegiados, departamentos e universidades a oferta de formações específicas que instrumentalizem o corpo docente para um uso mais eficaz e contundente dos ambientes virtuais nos processos de ensino-aprendizagem. Como nos aponta a nota pública da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a modalidade de Educação a Distância (EAD) também exige currículos, didática e condições que não são de domínio ou não estão à disposição de todos e todas. Ainda segundo a nota, é muito empobrecedor reduzir

essa modalidade de educação à adaptação de atividades no formato *online* e a uma desqualificação da própria modalidade e da docência (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2020).

A pandemia da Covid-19 atribui para a comunidade acadêmica a responsabilidade de inovação e de projetar soluções que auxiliem o enfrentamento dessa realidade na saúde e nas diferentes esferas sociais. Nos últimos anos, os investimentos em ciência e tecnologia sofreram grandes cortes pelas agências públicas nacionais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, reduzindo bolsas de estudo e produtividade, encerrando editais de pesquisas, entre outras perdas que sinalizam a necessidade de um debate mais profundo acerca do impacto econômico e social desse custeio, valendo-nos (ou se), no atual momento, do entendimento de investimento necessário para soluções práticas de combate dessa pandemia.

Além disso, percebe-se que, nos últimos anos, com a reorganização das forças políticas e sociais conservadoras, o desmonte das políticas públicas tem se intensificado, e que essa situação reverbera diretamente em estudantes (e suas famílias) que estão nas instituições de Ensino Superior tanto públicas quanto privadas. Por isso, além das dificuldades de acesso ou não às tecnologias virtuais, compreender a dimensão social da pandemia e a forma como a situação escancara a extrema desigualdade do país e a vulnerabilidade da população mais pobre é mais do que necessário. Do mesmo modo, é preciso ser discutida, na e pela comunidade acadêmica, a elaboração e intensificação das estratégias de assistência estudantil, bem como aproximar o diálogo com as políticas de assistência social.

Vale destacar também que a maioria dos cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil possui ações no âmbito da extensão universitária em diversos territórios para além das universidades, com diferentes populações e problemáticas muitas vezes negligenciadas pelo Poder Público. Essas ações devem ser igualmente valorizadas, pois realizam o contato direto com as populações locais por meio de ações sociais, educativas, culturais, entre outras, buscando equalizar condições de acesso à rede assistencial, equipamentos e serviços importantes para o desenvolvimento social da população.

Apesar de vivenciarmos atualmente uma situação inédita com a pandemia, muitas dessas problemáticas já são conhecidas e enfrentadas há diversos anos nas universidades, tornando-se um desafio a busca de estratégias válidas e interlocuções em diferentes setores, como agências de fomento, instituições, parlamentares etc.

As reflexões propostas ao longo desse debate orientam para alguns caminhos possíveis, principalmente na apropriação e familiarização com os ambientes virtuais e seus recursos disponíveis. De igual modo, convocam-nos ao debate e à avaliação permanentes sobre como as universidades brasileiras se posicionam perante os diferentes projetos para a Educação (Básica e Superior) em disputa na agenda neoliberal.

Portanto, cabe às docentes e pesquisadoras de terapia ocupacional as tarefas de articulações institucionais e políticas para a mobilização e reivindicação de melhores condições de trabalho e de aprendizagem para estudantes; de investimento necessário e adequado para a pesquisa e inovação da área; e de valorização das ações que se encontram em desenvolvimento e auxiliam no combate à pandemia.

Por fim, mas sem encerrar a discussão, a RENETO se posiciona na defesa e a favor do ensino e pesquisa em terapia ocupacional, resguardando a manutenção das políticas

públicas que auxiliem o enfrentamento das problemáticas de saúde, sociais e educacionais que enfrentaremos nessas circunstâncias atuais.

Referências

- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. (2020). *Manifestação contrária à Portaria 343/2020 – MEC*. Rio de Janeiro: ANPED. Recuperado em 15 de maio de 2020, de http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/manifestacao_anped_contra_343_final.pdf
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES. (2018). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES*. Uberlândia: ANDIFES. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconomico-dos-Estudantes-de-Graduacao-das-Universidades-Federais-1.pdf>
- Brasil. (2007). *REUNI - reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais*. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. (2020a). Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação da pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, p. 39. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>
- Brasil. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO. (2020b). Resolução nº 516, de 20 de março de 2020. Teleconsulta, Telemonitoramento e Teleconsultoria. Dispõe sobre a suspensão temporária do Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 424/2013 e Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 425/2013 e estabelece outras providências durante o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, seção 1, p. 184. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=15825>
- Brasil. Ministério da Educação. (2020c). *Programa Universidade para Todos – Prouni*. Recuperado em 6 de setembro de 2020, de <http://siteprouni.mec.gov.br/>
- Brasil. Ministério da Educação. (2020d). *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FIES*. Recuperado em 6 de setembro de 2020, de <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>
- Cara, D. (2020). *A educação na pandemia de COVID-19*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-na-pandemia-de-Covid-19-por-daniel-cara/>.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lichotti, C. (2020). Em 37 dias vírus mata mais que bala e trânsito em um ano. *Revista Piauí*. Recuperado em 30 de abril de 2020, de <https://piaui.folha.uol.com.br/em-35-dias-virus-mata-mais-que-bala-e-transito-em-um-ano/>
- Mellan, T. A., Hoeltgebaum, H. H., Swapnil, M., Whittaker, C., Schnekenberg, R. P., Gandy, A., & Bhatt, S. (2020). *Report 21 - Estimating COVID-19 cases and reproduction number in Brazil*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/Covid-19/report-21-brazil/>
- Pereira, L. D. (2009). Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. *Revista Katálysis*, 12(2), 268-277. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802009000200017>.
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – RENETO, Borba, P. L. O., Barreiro, R. G., Vasters, G. P., Correia, R. L., & Cid, M. F. B. (2020). Posicionamento da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – RENETO frente a pandemia da COVID-19. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 4(3), 290-294. Recuperado em 17 de maio de 2020, de <https://revistas.ufjf.br/index.php/ribto/article/view/34485/pdf>
- Soares, I. (2020). *COVID-19: Instagram coloca alerta de fake news em postagens de Bolsonaro*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/12/interna_politica,853925/covid-19-instagram-coloca-alerta-de-fake-news-em-postagem-de-bolsonar.shtml

Walker, P. G., Whittaker, C., Oliver, W., Marc, B., Ainslie, C. K. E., Sangeeta, B., & Ghani, A. C. (2020). *Report 12 - The global impact of COVID-19 and strategies for mitigation and suppression*. London: Imperial College. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/covid-19/report-12-global-impact-covid-19/>

Zamboni, M. (2014). Marcadores sociais. *Sociologia Especial*, 1, 13-18. Recuperado em 15 de maio de 2020, de https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/2/2018/02/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf

Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram na idealização, redação e revisão final do texto, aprovando sua versão final.

Autor para correspondência

Ricardo Lopes Correia
e-mail: toobiis@gmail.com